



Representação nº 56/2026 – ISC/SA

Processo: TC 006.904/2026-2

Assunto: inscrição em evento externo ao TCU

Interessada: Valéria Cristina Gomes Ribeiro

Senhor Chefe,

1. Trata-se de solicitação de servidora para participação de ação educacional externa ao TCU registrada no sistema de eventos externos - ISCNET, com as seguintes informações:

Evento	CDIC 2026 - Congresso de Diversidade, Equidade e Inclusão Corporativa 2026
Período	28 a 29/04/2026
Cidade/UF de realização	-
Modalidade	Telepresencial
Carga horária	16:00 horas
Custo Total	R\$4.037,00
Contratado	AABC Organização de Eventos Ltda.
CNPJ	50.162.682.0001-07
E-mail	luana.ferreira@blueprintt.co cobranca@blueprintt.co

2. Os dados da participante são os seguintes:

Participante	Lotação	Cargo	Matrícula	Diárias	Passagens	Inscrição (R\$)
Valéria Cristina Gomes Ribeiro	Segedam	AUFC	3067-8	Não	Não	4.037,00
Total						4.037,00

3. A presente proposta atende ao disposto no art. 12º, da Portaria-TCU nº 121/2023, de 28 de junho de 2023, que orienta sobre a constituição de processo de contratação de serviços, no âmbito da Secretaria do Tribunal de Contas da União.

Descrição da Necessidade da Contratação

4. A interessada esclareceu sobre a necessidade do treinamento:

A presente proposta visa a autorização para participação no evento supracitado, fundamentando-se na necessidade contínua de atualização técnica e estratégica quanto às melhores práticas de acessibilidade e inclusão de Pessoas com Deficiência (PcD) no setor público e corporativo. Como Especialista em Acessibilidade do TCU, a participação neste congresso permitirá: Benchmarking de Inovação: Acesso a novas tecnologias assistivas e metodologias de adaptação de postos de trabalho que podem ser replicadas no Tribunal. Alinhamento Normativo: Discussão sobre a evolução da LBI (Lei Brasileira de Inclusão) e as metas de ESG que impactam a administração pública. Representatividade Institucional: Fortalecer a imagem do TCU como órgão que não apenas fiscaliza, mas exemplifica a aplicação de políticas de equidade. Networking Estratégico: Troca de experiências com gestores de grandes organizações para entender como a diversidade tem impulsionado a eficiência operacional. Considerando que o TCU é o órgão guardião da boa gestão pública, é imperativo que nosso corpo técnico esteja na vanguarda das discussões sobre inclusão, garantindo um ambiente de trabalho que neutralize barreiras e potencialize talentos.

Estimativa de Preços

5. O valor da inscrição é o mesmo valor ofertado para qualquer entidade da Administração Pública e da Iniciativa Privada.

Amparo legal

6. A contratação de treinamentos e ações de capacitação em geral é caracterizada pela impossibilidade de comparação objetiva de propostas, o que resulta na inviabilidade de competição como regra. Essa impossibilidade decorre das características próprias objeto e de sua conformação as necessidades que busca solucionar. Ainda que o objeto não seja único ou exclusivo, pode ser desempenho sob tantas condições personalíssimas que o processo de escolha se mostra inconciliável com a objetividade requerida da competição licitatória. É esse o entendimento consolidado do TCU, desde a paradigmática Decisão Plenária nº 439/1998, seguida por muitos outros julgados.

7. O reconhecimento da inviabilidade de competição, no caso das ações de capacitação, é extraído expressamente na própria Lei Geral de Licitações. A contratação enquadra-se na hipótese

de inexigibilidade de licitação prevista no art. 74, III, f, da Lei nº 14.133/2021, desde que preenchidos os requisitos legais.

8. Neste caso em específico, tais requisitos se mostram atendidos, conforme se detalha adiante:

a) Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual – Os serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal estão expressamente previstos no rol de hipóteses do inciso XVIII do art. 6º da Lei 14.133/2021. O enquadramento, portanto, é uma presunção oferecida pela própria lei.

A despeito disso reitera-se a natureza técnica e intelectual dos serviços de capacitação nesta contratação em específico. A realização dos serviços, neste caso, exige alto grau de especialização e conhecimento técnico especializado do prestador. Só uma atuação intelectual e criativa seria capaz de satisfazer a necessidade de desenvolvimento e formação.

b) Natureza singular do serviço – O serviço de capacitação que se deseja contratar apresenta características diferenciadas, uma vez que visa ao desenvolvimento de habilidades para a área de controle externo. Não pode ser padronizado, com base em projeto de execução comum no mercado. Quanto a isso, cabe citar trecho da referida Decisão-TCU nº 439/1998 a respeito da singularidade do objeto:

Aí reside a marca inconfundível do autor dos serviços de natureza singular, que não executa projeto prévio e conhecido de todos, mas desenvolve técnica apenas sua, que pode inclusive variar a cada novo trabalho, aperfeiçoando-se continuamente. Por todas essas razões entendeu a lei de licitações de classificar na categoria de serviço técnico profissional especializado, o trabalho de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal da Administração, por particulares (pessoas físicas ou jurídicas); sendo de natureza singular o serviço, será fatalmente diferente um treinamento de outro, ainda que sobre os mesmos temas, quando ministrado por particulares diversos. E, desse modo, sendo desiguais os produtos que os variados profissionais oferecem, torna-se inexigível a licitação.

(...)

cursos desenvolvidos ou adaptados especificamente para o atendimento das necessidades do contratante e/ou voltados para as peculiaridades dos prováveis treinandos.

Treinamentos com essas características serão certamente singulares.

c) Notória especialização – Verifica-se que a contratada desfruta de conceito e reputação no mercado, já tendo conduzido ações de capacitação de qualidade amplamente reconhecida. A experiência da empresa na promoção de ações de capacitação para servidores públicos é a comprovação de que sua atuação é adequada à plena satisfação da necessidade da Administração – peça 1.

9. Conclui-se, portanto, que a ação de capacitação ora proposta possui característica incomum, envolvendo complexidade e exigência de habilidades especializadas, e que, ademais, o prestador possui qualidade profissional diferenciada, o que demonstra a presença dos requisitos na contratação por inexigibilidade.

Análise do Pedido

10. A solicitação da servidora foi deferida em 12/02/2026, dentro do prazo mínimo previsto no art. 14 da Resolução-TCU Nº 212/2008. O pedido é de iniciativa própria da interessada.

11. A Consultoria Jurídica (Conjur) se manifestou na Portaria-Conjur nº 2/2023, 16/08/2023, dispensando a análise da Conjur para contratações diretas que não ultrapassem os limites previstos nos incisos I e II do art. 75, Lei nº 14.133/2021, cujo termo contratual puder ser substituído, nos termos da legislação vigente, por instrumento hábil legalmente previsto.

12. O valor da presente contratação de inscrição é inferior ao limite fixado no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 – R\$ 65.492,11 (atualizado pelo Decreto nº 12.807/2025). A presente contratação será realizada por nota de empenho, que é documento hábil previsto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

13. Dados para o acompanhamento orçamentário:

- Unidade de planejamento: Diretoria de Desenvolvimento Profissional (Didep);
- Centro de Custos: Eventos Externos;
- Modalidade: telepresencial.

Conclusão e Encaminhamentos

14. A inclusão de ações educacionais na previsão do Plano de Contratações Anuais - PCA é facultativa, conforme Art. 24, Portaria-TCU nº 175/2022, de 30 de novembro de 2022. Logo,



o objeto desta contratação não foi registrado no PCA.

15. Os documentos que compõem a presente proposta são:

- a) Divulgação do treinamento – peça 1;
- b) Comprovantes de regularidade fiscal – peça 2;
- c) Registro no sistema ISCNET – peça 3;
- d) Confirmação de cadastro e proposta – peça 4;
- e) Minuta do Termo de Referência (TR) – peça 5.

16. Ante o exposto, proponho os seguintes encaminhamentos do presente processo à Diretora-Geral:

- Aprovação da minuta do TR – peça 5;
- Comunicação aa interessada sobre o envio de certificação de participação ou comprovante de aproveitamento ao ISC/SA, nos termos do disposto no § 6º do art. 5º da Portaria-ISC nº 8/2008, alterada pela Portaria-ISC nº 23/2012;
- Autorização para emissão da nota de empenho em favor da empresa AABC Organização de Eventos Ltda., no valor de R\$4.037,00.

Respeitosamente,
ISC/SA, **data e assinatura eletrônicas.**
EMANUELLY ANDRESSA D. DE CARVALHO
Apoio Administrativo I

De acordo.
À consideração da Diretora-Geral.
ISC/SA, **data e assinatura eletrônicas.**
LUIZ JOSÉ DE BRITO
Chefe



Despacho da Diretora-Geral

Autorizo a contratação e emissão da nota de empenho no valor de R\$4.037,00 em favor da empresa AABC Organização de Eventos Ltda., CNPJ 50.162.682.0001-07, para realização de inscrição de servidora do TCU no evento CDIC 2026 - Congresso de Diversidade, Equidade e Inclusão Corporativa 2026, no período de 28 a 29/04/2026, na modalidade telepresencial, com amparo na Inexigibilidade, constante no art. 74, III, f, da Lei nº 14.133/2021.

A participação da servidora foi deferida pelo Secretário Alessandro Giuberti Laranja – peça 3, folha 7.

Aprovo os documentos necessários – termo de referência e publicação da presente contratação no PCNP, nos termos do art. 94, II, Lei nº 14.133/2021, na forma apresentada pelo Serviço de Administração.

ISC, data e assinatura eletrônicas.

ANA CRISTINA SIQUEIRA NOVAES
Diretora-Geral